

Universidade pública do ABC

Confirmada instalação já em 2005

O governo confirmou que a universidade pública no ABC começa funcionar em 2005. Será o primeiro grande projeto do presidente Lula para ampliar vagas no ensino superior federal. A decisão saiu de reunião no Palácio do Planalto com prefeitos da região, deputados e ministros, entre eles o da Educação, Tarso Genro. Em até 30 dias o projeto será enviado pelo Ministério da Educação (MEC) ao Congresso Nacional.

A universidade terá 20 mil vagas para cursos de educação, ciências sociais, tecnologia e indústria; outras 2.500 vagas serão para mestrado em políticas públicas, tecnologia, negócios e educação básica; e mil vagas ficarão para doutorado em engenharia, ciências sociais e educação.

O ministro pretende que os cursos sejam semipresenciais, ou seja, parte ministrados na sala de aula e parte utilizando recursos de



Juventude metalúrgica passa abaixo-assinado em assembléia da campanha salarial 2003

educação a distância. Ele acredita que desta forma serão favorecidos os estudantes que também trabalham, permitindo que mais alunos frequentem a universidade.

O governo vai investir imediatamente R\$ 20 milhões no projeto para oferecer dois cursos já no ano que vem.

Quando estiver funcionando

com capacidade total, a universidade terá outros R\$ 150 milhões para seus gastos.

Serão contratados, inicialmente, 250 professores doutores em tempo integral, 500 professores assistentes e mil monitores bolsistas para pós-graduação. Ainda não foi definido o local de funcionamento.

A Universidade do ABC

- 20 mil vagas
- Cursos de educação, ciências sociais, tecnologia e indústria
- 2.500 vagas para mestrado
- 1.000 vagas para doutorado

Investimento R\$ 20 milhões iniciais para o ano que vem com dois cursos

- Inicialmente serão contratados
- 250 professores doutores
- 500 professores assistentes
- 1.000 monitores bolsistas

Alekmin frustrou a região

Com 2,5 milhões de habitantes e abrangendo sete cidades, o ABC conta com dez faculdades particulares e quatro municipais, mas nenhuma gratuita. Há anos a população da região reivindica do governo do Estado uma instituição pública de ensino superior.

Mas essa esperança foi frustrada pelo governador Geraldo Alekmin (PSDB), que decidiu construir uma universidade na zona Leste de São Paulo. A eleição de Lula trouxe o sonho

de volta, especialmente à juventude.

Tanto que no ano passado foram reunidas mais de 25 mil assinaturas em favor da universidade. A Comissão de Jovens Metalúrgicos promoveu o abaixo-assinado na categoria. Há quatro meses os quatro deputados federais eleitos pelo ABC apresentaram projeto na Câmara propondo a escola.

Na próxima semana um grupo de trabalho deve ser instalado no MEC para discutir e detalhar o projeto.

Críticas são elitistas, diz Tarso



O ministro Tarso Genro (foto) classificou de elitistas as críticas ao projeto do governo que reserva 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para alunos da rede pública. Entre essas vagas estão cotas para negros e índios.

“Há um pensamento elitista, classificado de esquerda, que vê a universidade pública como intocável. Esse pensamento casa com a mesma visão elitista de que a pública também deveria ser paga por uma parcela de alunos”, criticou Tarso.

Ele afirmou que trabalhará para o percentual não ser modificado no Congresso Nacional. O projeto foi recebido com ressalvas pela associação de reitores de universidades federais, que não é favorável à idéia de o governo determinar o número de vagas das cotas.

A matéria deve seguir para o Congresso só em novembro, junto com a proposta de renúncia fiscal para a oferta de vagas gratuitas nas faculdades particulares. A demora deve-se a ampla discussão nacional que o MEC pretende submeter as iniciativas.

opulso

Órgão informativo da Juventude Metalúrgica do ABC

Tribuna Metalúrgica



Nº 1828 - Quinta-feira, 20 de maio de 2004

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Exploração sexual está em todo o País



Instalada em junho do ano passado, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual recebeu mais de 800 denúncias. Em quase um ano de trabalho, a relatora da Comissão, deputada Maria do Rosário (PT-RS), constatou que a exploração sexual é um fenômeno mundial. “O Brasil inteiro vive essa situação. É o segundo país do mundo em exportação de seres humanos para fins de exploração sexual”, denuncia. O relatório de Maria do Carmo vai indiciar 100 pessoas por este tipo de crime. Segundo ela, contribuem para isso fatores sociais,

econômicos e culturais, como a desvalorização da mulher.

A presidente da Comissão, senadora Patricia Saboya (PPS-CE), comentou que esse crime extrapola as situações de pobreza e desigualdades sociais. “O abuso e a exploração sexual estão ligados diretamente a uma questão cultural”, afirma. Aberta ontem à noite no Sindicato dos Químicos do ABC, esse é o assunto do segundo painel da Jornada Cidadã que amanhã debate o *Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Uso de Drogas*. Será na Sede do Sindicato, a partir das 18h. Leia mais na página 3.

Casuísmo

Projeto no Senado quer acabar com punição a político que compra voto

Página 2

Educação

Como vai funcionar a Universidade Pública do ABC

Página 4

NOTAS E RECADOS

Exército clandestino

600 mil vigilantes trabalham no Brasil para 4.500 empresas clandestinas. As 1.600 legalizadas empregam mais 500 mil.

Tá caro!

Boni, ex-todo poderoso da Globo, achou muito quando Silvio Santos pediu R\$ 2 bilhões pelo SBT.

Preconceito

A TV Cultura não quer Soninha apresentando programa igual ao que comandava com sucesso na emissora. Será por que ela disse fumar maconha e ser candidata a vereadora pelo PT?

E agora?

Pai do americano que teve a cabeça decepada no Iraque diz que tudo é armação da CIA.

Apagón

A indústria argentina já começou a demitir por causa da crise de energia no país.

Deu certo

Medidas contra o fumo adotadas em Nova Iorque, nos EUA, reduziram em 100 mil o número de fumantes na cidade em um ano.

A receita

Primeiro, aumentaram os impostos e o preço do cigarro subiu. Depois, proibiram fumar em locais públicos, inclusive bares e restaurantes.

Muito dinheiro

FHC inaugurou escritório de R\$ 10 milhões. Isso mostra como a campanha do PSDB será abundante.

Tristeza

26 milhões de brasileiros já perderam todos os dentes.

Sacanagem

Contas de luz vão subir 4% além do normal.

COMPRA DE VOTOS

OAB quer manter cassação imediata

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) iniciaram campanha para evitar mudanças na lei que pune a compra de votos.

O objetivo da campanha é manter a punição com cassação imediata do registro ou do mandato para o candidato que oferecer vantagem ao eleitor em troca de voto.

Corre no Senado projeto do senador Cesar Borges (PFL-BA) em regime de urgência. Ele muda a



Projeto do PFL beneficia infrator

lei para que o candidato flagrado comprando voto só tenha o registro ou o mandato cassado depois de conhecida a sentença final.

Para o presidente da OAB, Roberto Busato, a alteração vai abrir brechas para a impunidade na compra de votos: "Pode demorar anos até que a sentença transite em julgado, o que vai beneficiar o infrator".

Ele lembrou que a cassação imediata foi incluída na legislação eleitoral depois de projeto de inicia-

tiva popular que conseguiu mais de um milhão de assinaturas. Aliás, foi o primeiro projeto de lei com estas características aprovado no País. A categoria participou da campanha, recolhendo 45 mil assinaturas entre junho e agosto de 1999.

O presidente da OAB disse que espera convencer a maioria dos parlamentares na audiência pública que será realizada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado na próxima semana. "Vemos com muita preocupação a possibilidade de o Congresso aprovar o projeto exatamente no ano de eleições para as prefeituras e as câmaras", explicou.

FUNCIONALISMO

Saúde no Estado continua parada

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou não-abusiva a greve dos servidores na Saúde no Estado de São Paulo e determinou que os dias parados não sejam descontados. O TRT mandou ainda o governador Geraldo Alckmin (PSDB) conceder aumento salarial de 23,94% ao pessoal.

A decisão, no entanto, vale apenas para os celetistas, pois a própria Justiça do Trabalho não se considera apta a julgar as reivindicações dos estatutários. Os contratados pela CLT, entretanto, representam apenas 30% da categoria, que reivindica aumento para todos, inclusive os aposentados.

Por isso, a greve continua.

Amanhã, uma nova assembléia geral decide os rumos do movimento.

Na prática, o julgamento do Tribunal não resolve o impasse. No ano passado, ele também deu ganho de causa aos trabalhadores durante greve de 11 dias realizada entre agosto e setembro.

O reajuste determinado daquela vez foi de 18,5%. Mas o governo estadual recorreu da sentença, que depois o Tribunal Superior do Trabalho (TST) derrubou ao se declarar incompetente para julgar greve em serviço público.

Na última terça-feira, estavam parados 29 hospitais na cidade de São Paulo além de dezenas de unidades menores por todo o Estado.

FORMAÇÃO

Aula de Políticas Públicas será aberta

Desenvolvimento local: experiências internacionais e alternativas de políticas públicas. Este é o tema da unidade 6 do curso de Políticas Públicas II, amanhã e sábado.

Os expositores serão Jefferson da Conceição, economista da CUT Nacional, e Mário dos Santos Barbosa, ex-diretor do Sindicato. As aulas

serão abertas a todos os interessados. Eles abordarão experiências de ações regionais, como as desenvolvidas no ABC, comparando-as com outras no mundo.

O curso acontece no Centro de Formação Celso Daniel. Na sexta-feira, das 8h30 às 18h, e no sábado das 8h30 às 13h.

ELEIÇÃO DE CIPA

Hoje na Irene e amanhã na Udinese

Marcada para a semana passada, foi transferida para hoje a eleição que vai escolher a nova CIPA na Metalúrgica Irene, em Diadema.

Os trabalhadores que buscam melhoria constante na condição de trabalho têm obrigação de votar numa CIPA combativa. O Sindicato apóia companheiros comprometidos com essa luta. São eles Roni, do CQ; Angelo, do Jumbo; Pedrinho, do PCP; e Fátima, da Solda.

Udinese

Na Udinese (Papaiz), também em Diadema, a eleição é amanhã e o recado é o mesmo. Vote no time comprometido com a luta e apoiado pelo Sindicato: Dênia Miranda Gonçalves; Severino Humberto Cabral, o Bel; Hélio Eduardo Rodrigues, o Bola; Gilberto Dias da Silva, o Beizola; Osmar de Andrade Souza; Francisco Henrique Souza e Anderson Ramiro dos Santos, o Tê.

CRIMES DE ABUSO SEXUAL

É preciso mudar o Código Penal

O relatório dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual serão apresentados em junho. A relatora Maria do Rosário já avisou que no documento final "apontaremos mudanças legislativas e cobraremos políticas públicas em todas as esferas de governo".

Algumas propostas de modificações do Código Penal são:

- alteração do conceito de crimes contra os costumes para crimes sexuais.

- caracterizar o estupro como violação sexual contra pessoas e não somente contra as mulheres, como é hoje.

- incluir o crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais na lei, que hoje só considera como delito o tráfico internacional.

- instituir a ação penal pública para todos os crimes sexuais, pois hoje só é possível iniciar uma investigação quando existe queixa privada. Como a maioria dos casos de violência sexual é cometida por alguém da própria família, em caso de abuso contra a criança dificilmente existe a formalização da denúncia.

- incluir na legislação a punição para os clientes das redes de exploração eliciamento sexual, que hoje dificilmente são punidos.



Faltam ações mais efetivas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco

Aberrações jurídicas

A desatualização do Código Penal possibilita verdadeiras aberrações como a que aconteceu em Goiás Velho.

Condenado por estupro de sete meninas, o prefeito Boadyr Veloso teve extinta sua pena de 13 anos de prisão por ter arranjado casamento para suas vítimas.

Isto porque o Código Penal determina a extinção da punição se a vítima de estupro se casar com terceiros ou com o próprio abusador.

Ações têm urgência

A presidente da CPMI, sena-

dora Patricia Saboya, disse que existe a necessidade urgente de políticas públicas capazes de enfrentar o problema da exploração sexual, principalmente ações mais efetivas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco.

Ela comentou que o descontrole e a impunidade fazem nascer diversas redes de exploração sexual com o envolvimento de autoridades policiais, políticos e até desembargadores. A senadora quer acabar com isso.

A Jornada Cidadã continua amanhã às 18h na Sede do nosso Sindicato com o painel *Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e Uso de Drogas*. A partir das 16h haverá caminhada entre a Praça da Matriz e a Sede do Sindicato.

Participantes

José Lopez Feijóo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Marco Antônio da Silva Souza, Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo

Neide Castanha, Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Patrícia Saboya, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Exploração Sexual

Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos

Paulo Roberto Uchoa, Secretário Nacional Antidrogas

Jair Meneguelli, presidente do Conselho Nacional do SESI

SAÚDE

A saúde na reforma sindical

Discutimos semana passada que a reforma deve envolver temas como saúde, segurança e a vida no trabalho sob nossa ótica e interesse. Discutiremos hoje a necessidade das ações dos órgãos do governo darem eficiência à saúde e segurança dos trabalhadores.

Ministério do Trabalho e Emprego

O Ministério do Trabalho, através das Delegacias Regionais do Trabalho, tem o papel de orientar, fiscalizar e fazer cumprir a legislação do trabalho no que se refere à direitos e à saúde e segurança dos trabalhadores.

O Sistema Único de Saúde (SUS)

O SUS tem vários papéis. Um deles é, pela Vigilância Sanitária, fiscalizar os ambientes de trabalho nas questões ambientais e proteções de máquinas. Também deve fiscalizar as condições de bem estar dos trabalhadores como ambulatórios médicos, refeitórios, instalações sanitárias, prevenção de incêndio, e edificações.

Além disso, deve implementar programas de vigilância epidemiológica dos ambientes de trabalho por meio de estudos e estatísticas de acidentes e doenças.

A Previdência Social

Cabe à Previdência Social o registro e controle das emissões de CAT, pagamento de benefícios aos acidentados e doentes e a reabilitação profissional, bem como as perícias para concessão de aposentadorias e pecúlios.

Outra ação importante é a avaliar riscos nos ambientes de trabalho e fixar alíquotas de Seguros sobre Acidentes e Doenças no trabalho e ações de ressarcimento dos gastos da Previdência em casos de comprovada negligência ou não cumprimento das normas de segurança e saúde pelas empresas.

Integração urgente

Fica claro que se faz necessária a criação de uma estrutura única que integre os vários setores de Estado, responsáveis por ações em saúde e segurança, com gestão participativa e fiscalizadora dos trabalhadores e sindicatos. Essa é uma das nossas expectativas para a solução dos problemas que enfrentamos há muito tempo.

Departamento de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente